

Ocultismo hesitante, que não pode ter vida longa

JOSÉ NÉUMANNE PINTO

É impressionante a capacidade que políticos brasileiros têm de prometer e não cumprir. É um vício antigo, que tem raízes profundas e floresce na Nova República como na República tout court. De tanto prometer, este tipo de político desaprendeu a lição fundamental de que, mais do que honesto, é inteligente corresponder às expectativas daqueles que nele investiram suas convicções e suas esperanças.

Infelizmente, isso acontece em todos os níveis. Se os políticos não cumprem as promessas feitas em parlance, para atender a interesses nem sempre confessáveis dos grupos de pressão que cercam suas atividades profissionais, isso também pode acontecer no campo da negociação meramente parlamentar. E o exemplo mais notório é o recente e surpreendente noticiário sobre a posição do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputa-

do Bernardo Cabral, em relação a alguns pontos polêmicos como a estabilidade no emprego, após a experiência inicial de 90 dias, e a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas.

Eleito por parlamentares liberais, num movimento legítimo, em que os constituintes não comprometidos com as teses radicais, de direita ou de esquerda, derrotaram candidatos submetidos a teses da ala esquerdista do partido, o deputado Bernardo Cabral começa a dar mostras de que não tem suficiente convicção pessoal para enfrentar as pressões artificiais. Estas pressões, como era de se esperar, são feitas pelos diversos grupos organizados, mas derrotados na maioria das votações democráticas realizadas no interior de subcomissões e comissões temáticas da Constituinte. Agora Cabral começa a recuar rumo a uma direção perigosa e passa a atender a interesses e idiosincrasias pessoais, grupais ou paro-

quais, em detrimento do sentimento da maioria.

Se as notícias correspondem à verdade, o deputado está a trair o grupo que o elegeu. Com isso, trai não apenas uma maioria parlamentar eventual, mas os sentimentos de uma população que vota permanentemente no centro político e o vê sempre, com estupefação, dominado por iniciativas organizadas da extrema esquerda ou cooptado pela sedução do poder ou do dinheiro da direita.

A eleição do deputado Bernardo Cabral para ocupar o cargo mais poderoso da Constituinte, o de redator da nova Constituição, viabilizou uma esperança notável, pois a Nação depositava nele a confiança de que, como redator do anteprojeto constitucional, não seria um homem aprisionado por preconceitos ideológicos nem por ambições financeiras e de poder. A opção do relator em resolver a dúvida entre dois artigos paralelos, escolhendo sempre o mais "progressista", é uma atitude

liberal. Porém, mais do que isso, ao tomá-la sem consultar os companheiros que o elegeram, o deputado escapa sorrateiramente de seus compromissos com os eleitores da alternativa liberada da prisão ideológica do radicalismo irresponsável, para abraçar uma causa apenas demagógica.

Os traidos deputados liberais que o elegeram deveriam mandarlhe, de presente, o texto completo do estudo que o premiê Mikhail Gorbachev — da União Soviética — encomendou ao cientista Nikolai Shmelyov, professor do Instituto de Estudos Sobre os Estados Unidos e Canadá, para atingir mais eficiência na economia estatizante de seu país. O exemplo mais notável de estabilidade no emprego que se conhece no mundo é o da União Soviética. Pois Shmelyov descobriu que, nesta estabilidade, chamada eufemisticamente, lá como cá, de "pleno emprego", se adubam as sementes do absentismo e da vagabundagem, causas

principais da ineficácia econômica daquela grande potência. Shmelyov propõe — e no Brasil logo se chegará à necessidade de se adotar tal providência radical, se for aprovada a estabilidade no emprego — a instalação de um regime de "saúde-vel" desemprego.

Segundo o texto, publicado na revista Novos Tempos e reproduzido na revista alemã Der Spiegel, um exército de reserva de desempregados substituiria as pressões administrativas por uma pressão econômica. Segundo ele, o risco real de perder o emprego, de ter de viver de uma reduzida ajuda oficial, seria o melhor remédio contra a preguiça, o alcoolismo e a falta de responsabilidade. Shmelyov constata que é mais barato subvencionar um razoável desemprego do que manter ociosos, que boicotam todas as tentativas de melhorar a produtividade e a eficiência.

O deputado Bernardo Cabral

não foi eleito para ser o relator da Comissão de Sistematização para viabilizar as propostas políticas dos grupos parquiais que ele legitimamente derrotou. Ao contrário, a maioria dos constituintes viu nele a oportunidade de ter um homem aberto às opiniões e ao debate, ocupando um posto-chave na organização de um texto fundamental para todos os brasileiros. O deputado pode até mudar de lado, se ele passar a achar que o apoio dos que o combateram é mais importante ou mais legítimo do que o dos que o conduziram ao cargo. Ele não pode é fazer isso às ocultas, usando disfarce tão pouco explícito. Antes de mudar, ele deveria escolher. Até porque só tem sucesso em política aquele que escolhe seu lado. O mínimo que o Brasil todo espera do deputado Bernardo Cabral é que ele escolha o dele. Esse tipo de ocultismo hesitante não pode ter longa vida num país em busca de princípios sólidos e de instituições permanentes e transparentes.